

Greve Geral de Resistência Nacional contra “Reforma” da Previdência! Em defesa a Educação Pública, Construção do Campus Unila Já!



Jair Bolsonaro assumiu em janeiro de 2019 e sua primeira medida foi reduzir o salário-mínimo dos brasileiros, aprofundou a nefasta “reforma” trabalhista, não bastando cortou da educação 5,83 bilhões, este dito patriota está vendendo o país a preço de migalhas para os gringos, privatizando tudo para os monopólios e na sua mais nefasta empreitada seguindo a risca a cartilha dos bancos, agora quer roubar todo suor do povo, saqueando da previdência para pagar juros de uma dívida impagável.

A suposta “reforma” que não sai dos jornais do monopólio de televisão não passa de mais uma jogada dos políticos e militares para liquidar de vez com a Previdência Social, forçando as pessoas trabalharem até morrer, obrigando-as a entrar no regime de capitalização, ou seja, mais dinheiro aos bancos sem garantia alguma de retorno ao final de sua vida. Estes dois grupos são os principais privilegiados nessa medida afinal, para essa corja do de altos funcionários do governo, que recebem salários de 30 mil reais e se aposentam com 50 anos tudo permanece intocável.

No campo, anunciam uma guerra contra os pequenos e médios, camponeses, quilombolas e indígenas. Querem expulsar o povo de suas terras legalizando terras griladas para os latifundiários escravocratas e mineradoras. A reforma da previdência e todas essas medidas são exigências do imperialismo norte-americano e sua gravíssima crise econômica geral de todo sistema imperialista e que, no Brasil, afundado nessa crise geral, econômica-política-moral, tenta dar sobrevida ao capitalismo burocrático.

Não bastasse, este governo Bolsonaro tutelado pelas Forças Armadas, lambe-botas dos Estados Unidos já entregou a base de Alcântara no maranhão, além da entrega das nossas riquezas naturais para o saqueio de transnacionais.

“Reforma” da Previdência é tirar do povo para pagar mais juros aos banqueiros.

Mentem descaradamente quando falam de rombo da previdência e não falam de uma linha sequer sobre os rios de dinheiro que o governo desvia da arrecadação da previdência, além das isenções de impostos milionárias que dão para as grandes empresas transnacionais, como as mineradoras assassinas e os latifundiários do agronegócio!

(Comando de Greve – Norte de Minas)

O problema não é a Previdência, são os juros da “dívida pública” paga aos banqueiros!

O Brasil é um dos países onde mais se paga impostos e tributos no mundo! Agora querem acabar com a previdência pública com a desculpa de que as contas não fecham! Mentira pura! No ano de 2017, a Seguridade Social tinha em caixa R\$ 110 bilhões (dinheiro que sobrou em caixa após todos os gastos).



Orçamento Federal Executado

O governo gasta mais do que recebe porque deixa de arrecadar bilhões do “agronegócio” e das grandes empresas transnacionais, como as empreiteiras e mineradoras como a **Vale Assassina e Terrorista!**

Com “desonerações”, “incentivos fiscais” e renegociação das dívidas” de tais empresas o governo deixou de arrecadar, somente no ano de 2017, mais de R\$ 150 bilhões para Seguridade Social. Os latifundiários do agronegócio deixaram de contribuir com 10 bilhões! (*Comando de Greve – Norte de Minas*)

Defender a Unila, Defender as Universidades Públicas!

Nos últimos dias, o General Silva e Luna declarou que nossa universidade não está servindo suficientemente aos interesses da ITAIPU, empresa bi-nacional. Em suas palavras, alegou também que causamos “desconforto”, mesmo com nossa instituição desprendendo um montante de 4 milhões ao ano para a empresa em aluguéis de salas, além de

servir a esta com nossos laboratórios e tecnologias.

Ao mesmo tempo, somos censurados em debates importantes para o povo em geral, como o último sobre a “reforma” da previdência, em que o PTI atuou como carrasco do governo impedindo a discussão da medida que tanto anseiam, mesmo essa sendo um ataque gravíssimo ao povo trabalhador - caso já denunciado pelo Centro Acadêmico de Geografia. Do mesmo modo, nossos professores são perseguidos em sala de aula por grupos ligados a setores do governo atual. Mesmo sem R.U., somos impedidos de garantir nosso sustento e alimentação de forma autônoma, forçando os estudantes a degradante situação de “tráfico de comida” no campus PTI. Além disso, ainda somos difamados publicamente, a fim de desqualificar a universidade e gerar um senso-comum contrário a nossa estadia na cidade, o que contribui com tantos casos de xenofobia e violência contra estudantes imigrantes. Uma relação que é chamada de “parceria” por alguns.

Por trás desse cenário, negocia-se a portas fechadas a questão do campus, não sendo amplamente debatida com a comunidade acadêmica. Onde diversas tratativas já foram feitas, como é colocado na nota - demasiadamente apática e sem compromisso claro com o princípio de autonomia - emitida pela reitoria pró-tempore, que até hoje não apresentou à comunidade quais os termos dessa negociação, deixando bastante obscura essa situação.

Algo que contradiz, inclusive, seu próprio PDI de “primar pela autonomia construtiva e gerencial dos espaços universitários”.

Exigimos portanto, um CAMPUS PRÓPRIO que sirva tanto a comunidade interna quanto a externa, onde o povo possa utilizar os espaços da universidade para realizar suas atividades de lazer, laborais e organizativas! **Onde as salas de aula também sejam espaços de produção de um novo mundo de igualdade.**

Contra a “reforma da previdência”!

Unificar as lutas no campo e na cidade, Construir a Greve Geral de Resistência Nacional!

Construção imediata de um Campus, R.U e Moradia!

Contra a privatização das Universidades!

Em defesa do direito de greve e da liberdade de manifestação e de organização!

Contra a intervenção militar e repressão aos pobres da cidade e do campo!

Por uma linha classista e combativa no movimento estudantil!

COMPARATIVO ENTRE A ATUAL PREVIDÊNCIA E A PEC 6/2019

Tabela produzida pela CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação.

TEMAS	INSS		SERVIÇO PÚBLICO	
	LIMITES ATUAIS	PEC 6/2019	LIMITES ATUAIS	PEC 6/2019
Aposentadoria por idade e tempo de contribuição	Idade: não exige. Tempo de contribuição: 35 anos homens e 30 anos mulheres. *Professores da educação básica em efetivo exercício: 5 anos a menos (com distinção entre gêneros).	Idade: 65 anos homens e 62 anos mulheres. Tempo de contribuição: 40 anos para ambos os sexos. * Professores da educação básica em efetivo exercício: 60 anos de idade e 30 anos de contribuição (proporcional) ou 40 anos para ambos os sexos.	Idade: 60 anos homens e 55 anos mulheres. Tempo de contribuição: 35 anos homens e 30 anos mulheres. *Professores da educação básica em efetivo exercício: 5 anos a menos na idade e no tempo de contribuição (com distinção entre gêneros).	Idade: 65 anos homens e 62 anos mulheres. Tempo de contribuição: 40 anos para ambos os sexos. * Professores da educação básica em efetivo exercício: 60 anos de idade e 30 anos de contribuição (proporcional) ou 40 anos para ambos os sexos.
Contribuição mínima	180 contribuições (15 anos).	240 contribuições (20 anos). *Professores da educação básica em efetivo exercício: 360 contribuições (30 anos).	Não exige.	300 contribuições (25 anos). *Professores da educação básica em efetivo exercício: 360 contribuições (30 anos).
Base de cálculo	70% + 1% ao ano sobre o salário de contribuição, com limite mínimo de 15 anos. Aplica-se o Fator Previdenciário ou a Fórmula 85/95 progressiva, podendo escolher o mais vantajoso.	60% + 2% ao ano sobre o salário de contribuição, com limite mínimo de 20 anos de contribuição (diminui duplamente o valor da aposentadoria). Professores da educação básica em efetivo exercício: 80% + 2% ao ano com limite mínimo de 30 anos de contribuição.	Integralidade e paridade para ingressos até dez/2003. Demais: 80% dos maiores valores de contribuição.	Integralidade e paridade para ingressos até dez/2003. Demais: 70% + 2% ao ano sobre o salário de contribuição, com limite mínimo de 25 anos de contribuição. Professores da educação básica em efetivo exercício: 80% + 2% ao ano com limite mínimo de 30 anos de contribuição.
Acúmulo de pensões ou de aposentadoria e pensão	É permitido o acúmulo de todos os benefícios.	Recebe integralmente o benefício mais vantajoso e no máximo até 4 salários mínimos do benefício acumulado.	É permitido o acúmulo de todos os benefícios, observado o limite de 70% da pensão acumulada.	Recebe integralmente o benefício mais vantajoso e no máximo até 4 salários mínimos do benefício acumulado.

* Fica mantido o acúmulo de aposentadorias para os cargos previstos no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal, inclusive professores.



WWW.MOVIMENTOOFAGULHA.WORDPRESS.COM